

Polaridade negativa e emprego modal de verbos conceptuais*

Helena Topa Valentim

FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Começamos por considerar alguns termos de polaridade negativa exclusiva como, por exemplo, *não dar um pio* (com o sentido de “guardar segredo”), *não dar uma para a caixa* (com o sentido de “não ter habilidade”), *não dar duas para a caixa* (com o sentido de “não ter tino”), *não dar uma* (com o sentido de “não responder a nenhuma pergunta”), *não mexer um dedo / uma palha* (com o sentido de “não fazer nada”), *não levantar um dedo* (com o sentido de “não fazer esforço”), *não partir um prato* (com o sentido de “ser aparentemente de bom feitio”), *não se ouvir uma mosca* (com o sentido de “silêncio profundo”), *não dizer uma palavra* (com o sentido de “não falar”), *não alterar uma vírgula* (com o sentido de “ser o mais exacto possível”), *não caber um alfinete* (diz-se de um lugar completamente cheio), *não valer um pataco / um ceitil* (com o sentido de “não valer nada”)¹.

É ao nível da construção do objecto destas expressões – nestes casos, na forma indefinida (*um pio, um dedo*)² – que se configura o valor de polaridade negativa. O determinante indefinido marca a entrada no domínio de validação, pela construção de uma (única) ocorrência, isto é, pela construção de um grau mínimo, ou de um valor mínimo. Porém, uma vez que estas expressões só podem ser construídas negativamente, o indefinido marca, também, a saída do domínio de validação, e, portanto, o exterior do mesmo (E). É assim que a construção da polaridade negativa partilha do interior (I) e do exterior (E) do domínio: percorre-se o interior do domínio de validação (I) e não se extrai qualquer ocorrência, uma que seja, de /pio/, de /dedo/, dando-se, consequentemente, a saída do interior, através

*O conteúdo desta comunicação, discutido no contexto do Grupo de Investigação “Gramática e Enunciação”, do Centro de Linguística da U.N.L., é devedor do contributo de todos os seus membros, de forma particular, das reflexões do António Moreno sobre os termos de polaridade negativa e da Ana Bela Afonso a propósito dos valores da interrogação. Estou muito reconhecida pela generosidade deste pôr em comum e pelo entusiasmo transmitido.

¹ Ver G. A. Simões (1993) *Dicionário de Expressões Populares Portuguesas*, Lisboa, D. Quixote.

² Há também os termos de polaridade negativa cujo objecto apresenta determinante zero, como, por exemplo, *não fazer farinha* (diz-se de alguém que não consegue levar a sua avante em detrimento de outrem), *não arredar pé* (com o sentido de “não se retirar”), *não dar pio* (com o sentido de “guardar segredo”), *não dizer palavra* (com o sentido de “não falar”), *não perder pitada* (com o sentido de “estar atento”), etc.

da qual se marca a não realização de qualquer ocorrência, ou seja, a não realização da mínima ocorrência – nos exemplos, a não realização do mínimo som (*um pio*), do mínimo movimento (*um dedo*) (ver Culioli, 1999a, pp. 6ss).

Pretende-se, com esta comunicação, descrever e explicar a forma como a polaridade negativa exclusiva, que caracteriza estas e outras expressões, é marcada, num contexto de subordinação, através do emprego modal (não pleno, portanto) de um verbo como *pensar*³.

Vejam-se, a título de exemplo, os enunciados que se seguem, cujo verbo introdutor – *pensar* – e outros verbos, como *julgar*, *crer*, *acreditar* e *achar*, podem, *grosso-modo*, ser intersubstituídos sem que a ordem de considerações aqui proposta deixe de se aplicar⁴.

- (1) Eu não penso que o João levante um dedo para me ajudar
- (2) Pensas que o João levantou um dedo para me ajudar?
- (3) ?Ela pensa que o João levantou um dedo para me ajudar

O espaço epistémico construído nestes enunciados, codificado pela combinação de verbo introdutor e de complementador, assim como pela forma interrogativa (no caso do enunciado (2)), permite a construção da polaridade negativa sem que se registre a presença do operador de negação *não*, que, aliás, noutros contextos, é uma condição para a boa formação enunciativa (veja-se, por exemplo, **o João levantou um dedo para me ajudar mas o João não levantou um dedo para me ajudar*).

Uma descrição dos valores modais construídos no caso do emprego de verbos como *pensar*, *julgar*, *crer* e *achar*, no contexto de uma relação de subordinação (comum a estes enunciados), exige algumas considerações de ordem introdutória que permitam, em particular, justificar a sua designação como verbos conceptuais assim como caracterizar o seu emprego modal.

De acordo com Deschamps (1997) estes verbos integram a classe dos verbos de pensamento, ou conceptuais (“verbes de pensée (conceptuels)” (*idem, ibidem*, p. 64)), uma das classes de predicados de localização nocional⁵. O tipo de operação primitiva de localização de que estes verbos são marcadores é definido como uma assunção epistémica da relação predicativa imbricada (ou proposição subordinada), assunção epistémica essa

³ Em Correia; Campos (no prelo), a referência ao facto de existirem alguns contextos em que o operador de negação não acompanha os termos de polaridade negativa é ilustrada, precisamente, com recurso a um enunciado hipotético em que ocorre um verbo de pensamento.

⁴ Refira-se, em particular, a má formação de **Acreditas que o João levantou um dedo para me ajudar?* (validação do interior do domínio nocional), que contrasta, por um lado, com as possibilidades de boa formação que estes verbos apresentam no contexto em causa, e, por outro lado, com a boa formação de *Acreditas que o João não levantou um dedo para me ajudar?* (validação do exterior do domínio nocional).

⁵ O tipo de localização nocional de que esta classe de verbos é marcadora difere dos tipos de localização nocional de que outras classes de verbos são marcadoras. Conforme se propõe em Deschamps (1997, p. 64), a classe dos verbos de percepção (“verbes de perception”) (correspondente, em português, à classe dos verbos *ver*, *sentir*, *ouvir*,...) marca a asserção da validação de uma ocorrência; a classe dos verbos declarativos (“verbes de dire”) (em português, verbos *dizer*, *declarar*,...) marca a localização da relação predicativa numa relação interlocutória; a classe dos verbos apreciativos (“verbes d’affect”) (em português, os verbos *gostar*, *detestar*, *apreciar*,...) marca uma localização da relação predicativa relativamente ao sujeito de que resulta uma apreciação.

mediante a qual a relação predicativa é validada subjectivamente mas não asserida. A classe dos verbos de pensamento, ou verbos conceptuais, marca, pois, uma localização nocional correspondente a uma validação subjectiva⁶.

Do ponto de vista sintáctico, estes verbos têm em comum a característica de seleccionarem uma estrutura de complementação que desempenha a função sintáctica de objecto do verbo da frase matriz. Em virtude da sua natureza sintáctica, as construções de complementação consistem, assim, no estabelecimento de uma relação semântica entre o verbo introdutor e um complemento proposicional, pelo que temos proposições subordinadas de natureza completiva-nominal (que têm, portanto, a função de complemento de objecto).

No quadro da Teoria Formal Enunciativa, a estrutura sintáctica de subordinação define-se, antes de mais, como uma relação de imbricação, mediante a qual se dá a instanciação de um lugar ao nível predicativo (ver Deschamps, 1997). Perspectiva-se, portanto, como um processo em que está em causa a construção da relação predicativa associada à relação imbricante, processo esse que não será alheio aos valores modais marcados pelos verbos em análise.

No caso dos enunciados em que ocorrem as tradicionalmente designadas subordinadas de natureza nominal – que, no contexto desta comunicação, mais nos interessam – estamos perante uma imbricação de duas relações predicativas, mediante a qual a relação imbricada instancia, de forma particular, o lugar argumental de complemento objecto (C_1) no esquema abstracto associado à relação imbricante, introduzido, nos enunciados propostos, por *que*, imagem do enunciador, representando, por isso, o acto assertivo do mesmo (ver Culioli, 1974, p. 12).

Por conseguinte, além de corresponder a um processo que se dá ao nível da construção da relação predicativa associada à relação imbricante, a subordinação é perspectivável como um dispositivo de marcação de operações ao nível da determinação enunciativa da relação predicativa complexa, marcando a determinação dos valores temporais, aspectuais e, em particular, a determinação modal do enunciado. É o sujeito enunciador (S_0) o localizador na relação de localização de que resultam os valores modais do enunciado. Dito de outro modo, é do estabelecimento da origem enunciativa (S_0) – resultante da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro subjectivo (S) – que decorre a estabilização de um valor modal para o enunciado. A construção de uma relação de imbricação é, por conseguinte, marcadora da localização do complemento pelo enunciador, instanciando o lugar de um argumento objecto (C_1) na relação imbricante (ver Valentim, 2003).

A localização de uma relação de imbricação (que é uma relação predicativa complexa) relativamente a um sistema referencial coloca, pois, o problema da dissociação

⁶ Neste tipo de localização nocional está em causa uma forma de validação. Assim, o valor modal que, reconhecidamente, está em causa no tipo de localização nocional construído por estes predicados – situado no nível nocional, portanto – poderá confirmar a hipótese (discutível) segundo a qual a categoria modalidade tem uma dimensão pré-enunciativa, constituindo, desde logo, uma determinação interna das noções lexicais de que estes lexemas verbais são expressão linguística.

entre a fonte enunciativa (ou sujeito enunciador origem - S_0) e a fonte modal (ou sujeito locutor - S_1). Esta dissociação corresponde a uma disjunção referencial, no enunciado (3), na terceira pessoa – consistindo a natureza desta relação num valor de ruptura ao nível do operador de localização – e corresponde a uma disjunção abstracta no enunciado (1) – marcando a distanciação que o enunciador constrói em relação à validação da relação predicativa e de que resulta um valor modal epistémico do domínio do não-certo⁷.

Voltemos, pois, aos enunciados (1) a (3) e vejamos como é marcada a polaridade negativa através do emprego modal de um verbo conceptual como *pensar*.

O enunciado (1) coloca-nos perante a especificidade da relação entre a negação e as propriedades dos verbos conceptuais em análise, isto é, a ocorrência do fenómeno da subida da negação (“NEG-raising”), para o qual em Horn (1975) se procura uma explicação que vá além do estabelecimento de uma regra sintáctica (ver Moreno, 2003). A negação ao nível da relação imbricante transfere-se para a relação predicativa imbricada, implicando, portanto, a não validação da mesma. A negação incide semanticamente sobre a relação imbricada e não sobre a imbricante. Assim, segundo alguns autores (Ratié, 1991, entre outros), o enunciado (1) equivalerá semanticamente a (1’).

(1’) Eu penso que o João não levantará um dedo para me ajudar

Embora não seja pacífico, pode defender-se que não há qualquer contradição entre *não pensar que p* e *pensar que não-p*, uma vez que está em causa a construção do mesmo valor modal: em ambas as construções, a relação predicativa imbricada é construída como não validada pelo enunciador. Em ambos os casos, em virtude do emprego de um verbo de pensamento com um valor assertivo fraco (neste caso, *pensar*, mas podendo ser qualquer outro dos inicialmente referidos), a relação imbricada é validada subjectivamente, mas não asserida. Por conseguinte, tanto na forma negativa (*não penso que p*) como na forma positiva (*penso que não-p*), se constrói uma validação subjectiva da relação imbricada. Em (1), a modalização negativa ao nível da imbricante (*não-p*) não compromete a localização da relação imbricada em relação ao enunciador, isto é, não bloqueia o posicionamento do enunciador relativamente ao carácter subjectivamente não validável da relação imbricada (veja-se o conjuntivo do verbo – *levante*).

É em virtude de a negação explícita do carácter validável de *p* (*não pensar que p*) viabilizar, por inferência, a opção pelo complementar linguístico de *p*, isto é, por *p’* ou *não-p* (*pensar que não-p*) que, no enunciado (1), se dá a preservação do valor de negação inerente ao termo de polaridade negativa *não levantar um dedo*. Neste como noutros contextos em que o termo de polaridade negativa não regista a presença de um operador de negação, o mesmo valor negativo prevalece como um valor inerente – trata-se de uma “negação incorporada” (“incorporated negation”, segundo Horn, 1989: 523) –, recuperada ou preservada no espaço subjectivo e cognitivo do enunciador origem e que o verbo *pensar* permite construir.

⁷ O conceito de disjunção abstracta é proposto em Campos (2001, p. 170) a propósito dos modais *poder* e *dever* com valor epistémico.

O enunciado (2) apresenta a forma de uma interrogativa total, neste caso, não-equiperada, isto é, que não pré-constrói o percurso dos valores possíveis - positivo e negativo⁸. Ainda no contexto de uma relação complexa de imbricação (como os restantes enunciados), a relação predicativa imbricada não se apresenta como não validada (isto é, por validar), pelo que não se constrói o recurso ao coenunciador, característico de qualquer enunciado interrogativo que correspondesse a uma pergunta. Trata-se, como tal, de uma interrogativa retórica, que, como lhe é característico (ver Afonso, 2000, p. 84), constitui uma avaliação modal, um juízo, cujo suporte – o verbo *pensar* – integra o conjunto de predicados “[...] cujo valor semântico [...] remete para processos intrínsecos” (*idem, ibidem*).

Porque, por definição, na interrogativa retórica, o enunciador trunca a recorrência ao coenunciador, isto é, porque se dá um bloqueamento da possibilidade de seleccionar um valor estabilizado no percurso da classe fechada dos valores positivo ou negativo (para não referir o terceiro valor possível: IÊ, fora do domínio), o termo de polaridade negativa só pode preservar o seu valor negativo inerente. Estando-se, neste caso, perante uma interrogativa retórica positiva, o valor da asserção construída é negativo. Uma glosa do enunciado (2) seria *O João não levantou um dedo para me ajudar*, que, conferindo-lhe o carácter judicioso, poderia ser acrescido da exclamação *Nem pensar!*.

Seria de formação duvidosa uma interrogação retórica com valor negativo em que ocorresse na relação imbricada um termo de polaridade negativa. Veja-se o enunciado (2’):

(2’) ??Pensas que o João não levantou um dedo para me ajudar?

O valor positivo da asserção construída - *O João não levantou um dedo para me ajudar* – não preservaria o valor negativo inerente ao termo de polaridade negativa.

No enunciado (2), o enunciador põe em causa o espaço de validação que atribui ao coenunciador, coenunciador que – afirma-se em Culioli (1988, p. 33) –, no caso da interrogação retórica, não sendo interlocutor, se trata de um coenunciador fictício. É assim que se opera uma remodelização: ao pôr em questão a validação da relação predicativa imbricada (a posição em I), o enunciador atribui esta posição ao coenunciador, e constrói, decorrentemente, a não validação da mesma (a posição em E) (ver Culioli, *ibidem*). A estabilização dá-se, pois, pela saída do domínio de validação, pela construção do seu exterior, posição que permite situar o termo de polaridade negativa *não levantar um dedo*, ou seja, conservar – ou como dizíamos, preservar – o seu valor negativo inerente.

A sequência (3) só parece corresponder a um enunciado bem formado (e, mesmo assim, não para todos os falantes consultados), desde que apresente contornos prosódicos específicos (uma curva entonacional que expresse uma significação parafraseável por *Ela pensa que o João levantou um dedo para me ajudar. Como se engana*). Assim, como

⁸ Uma interrogativa total caracteriza-se pela construção de uma operação de percurso que incide numa classe fechada de dois valores – positivo (ou de validação) e negativo (ou de não validação) – e por um valor intersubjectivo. É, por conseguinte, mediante estes factos que o sujeito enunciador constrói antecipadamente a validação (I) ou a não validação (E) da relação predicativa e, não estando em condições ou não a querendo validar – isto é, situando-se ou simulando posicionar-se num grau zero do conhecimento –, recorre ao seu coenunciador para que seja ele, coenunciador, a construir essa validação (ou não validação).

veremos, este enunciado, afectado, em toda a sua extensão, por uma entoação específica, define um contexto polémico.

Antes de mais, em virtude do estatuto modal da relação de imbricação, fundado (como dizíamos) na heterogeneidade do locutor (S_1) em relação ao enunciador (S_0), dir-se-à, à primeira vista, estar perante um caso de enunciação relatada no sentido estrito, mais especificamente, um caso identificado com uma das formas que a enunciação relatada assume – o tradicionalmente designado discurso indirecto⁹.

Mas, por motivos que não podemos aqui senão referir por alto, os verbos de pensamento – tal como os verbos perceptivos (*ouvir, ver, etc.*) – colocam-nos diante do problema do limite dos verbos introdutores do discurso indirecto, isto é, de enunciação relatada.

Se no caso de enunciados com verbos declarativos, na terceira pessoa, ao nível da imbricante, temos enunciação relatada no sentido estrito, no caso de enunciados com verbos de pensamento (como em (3)), falamos de enunciados com modalização “em segunda mão”, mais próxima do conceito de “modalização do discurso em discurso segundo” (“modalisation du discours en discours second”) proposto em Authier-Revuz (1992)¹⁰. A modalização construída reenvia para outra situação de enunciação, isto é, caracteriza-se por ser *segunda*, dependente de outra enunciação, sem que, no entanto, haja uma retoma desta enquanto enunciação mas sim enquanto *constructo* desta enunciação, enquanto enunciado.

Na enunciação relatada, discurso indirecto, há construção de uma retoma de um acto de fala, no sentido austiniano. Já no caso do enunciado (3) não é um acto de fala o que se retoma: o verbo de pensamento incorpora nocionalmente outras informações que não só a definição de um espaço enunciativo. O enunciador-locutor, validando uma relação predicativa complexa, constrói uma asserção modalizada, pelo reenvio a uma outra situação de enunciação, definida, por conseguinte, através de outras coordenadas subjectiva e espaço-temporal (*ela pensa*) que definem, não só um espaço enunciativo como também um espaço explicitamente cognitivo.

Consequentemente, só definindo um contexto polémico (em que se põe em causa esse espaço enunciativo e cognitivo de $S_2=S_1$), (3) é bem formado enunciativamente. A construção de uma outra fonte enunciativa referencialmente distinta de S_0 e a consequente não assunção da validação da relação predicativa imbricada, por parte do enunciador origem, permite que este pré-construa a não validação da mesma. Por outras palavras, num instante T_1 , definido em relação a um instante origem, situamo-nos no exterior (E). S_0

⁹ A opção pela expressão *enunciação relatada* (em detrimento da designação tradicional *discurso relatado*) deve-se ao facto de esta integrar uma referência explícita à actividade enunciativa. A construção dos valores referenciais (não só modais, como temporais-aspectuais) em que consiste a enunciação caracteriza qualquer enunciado assumindo especial evidência no caso dos enunciados assim designados, em virtude da coexistência dos diversos planos de referência.

¹⁰ Apesar da fidelidade por que optámos ao traduzir o conceito conforme é formulado em francês (“modalisation du discours en discours second”) e a manutenção do termo “discurso” (em “modalização do discurso em discurso segundo”), entendemos ser teoricamente mais adequado o termo “enunciação”, pelo que teríamos “modalização da enunciação em enunciação segunda”.

manifesta uma discordância face à validação da relação predicativa *p*, discordância essa que se baseia na pré-construção, para S_0 , do valor complementar, *p'* ou não-*p*. O enunciado (3) é, por isso, permeável a uma interpretação mediante a qual teríamos como glosa *ela pensa que sim, mas o João não levantou um dedo para me ajudar*, ou *segundo ela, o João teria levantado um dedo para me ajudar*. É a construção de uma outra fonte enunciativa referencialmente distinta de S_0 e a consequente não assunção, por parte deste último, da validação da relação predicativa imbricada o que permite que, neste enunciado, S_0 pré-construa a não validação da mesma relação predicativa.

A boa formação de um enunciado cuja relação predicativa imbricada não corresponda a um termo de polaridade negativa é inquestionável quer este defina um contexto assertivo, quer (desde que afectado de marcadores prosódicos específicos) este defina um contexto polémico. Veja-se, por exemplo:

(3') Ela pensa que o Luís foi de férias para Cabo Verde

Mas um enunciado como (3), cuja relação predicativa imbricada corresponde a um termo de polaridade negativa, pode ser interpretado polemicamente. Assim, neste enunciado, em que o termo de polaridade negativa volta a não registar a presença de um operador de negação, o mesmo valor negativo prevalece como um valor inerente, recuperado ou preservado no espaço subjectivo e cognitivo do enunciador origem e que, como nos enunciados anteriores, o verbo *pensar* permite construir.

Como procurámos demonstrar, para o estudo do tema que justifica esta comunicação – polaridade negativa e o emprego modal de verbos conceptuais –, será importante ter presente a forma como se constróem valores modais em enunciados complexos cujas relações predicativas, ligadas por uma relação de imbricação (que é uma relação de localização), podem apresentar diferentes valores modais, ou, pelo menos, diferentes fontes modais. Residirá aí a possibilidade de os contextos sugeridos (enunciados (1) a (3)) permitirem a preservação do valor negativo inerente aos termos de polaridade negativa sem que esta apresente como marcador um operador de negação.

Estes contextos não são, no entanto, exclusivos. De entre os contextos de construção da polaridade negativa em que se prescindiu da presença do operador de negação *não*, refiram-se os contextos hipotéticos (*Se o João levantasse um dedo para me ajudar, seria milagre*), os contextos comparativos (*O João prefere ficar sem almoço a levantar um dedo para me ajudar*), os contextos adversativos (*O João esteve lá mas levantar um dedo para me ajudar, isso não*) e os contextos em que ocorra uma das partículas com valor de negação *só*, *mal* ou *sequer* (*O João só levantaria um dedo para me ajudar se a isso fosse obrigado*, *O João mal levantou um dedo para me ajudar, quanto mais para ir às compras*, *O João sequer levantou o dedo para me ajudar*¹¹).

¹¹ O emprego de *sequer* num enunciado como este, inquestionável em português do Brasil, não é, hoje, muito comum no português europeu em que é mais provável encontrarmos a construção *nem sequer* (*O João nem sequer levantou um dedo para me ajudar*). *Sequer*, como *nem sequer* marcam, neste contexto, um valor de negação mais forte, matizado com um valor de indignação.

Sem que, evidentemente, me proponha estudar todos estes contextos, parece-me que a retenção ou preservação do valor negativo inerente a um termo de polaridade negativa, se deverá, em parte, aos valores modais construídos, caracterizados pela sobreposição de um espaço enunciativo ou de validação (origem?) em relação a outro, e a consequente localização da relação predicativa no exterior (E), posição que permite situar o termo de polaridade negativa.

Referências

- Afonso, A. B. (2000) *Valores da interrogação. Um estudo linguístico*. Viana do Castelo: Centro Cultural do Alto Minho.
- Authier-revuz, J. (1992) Repères dans le champ du discours rapporté. *L'Information grammaticale* 55. pp. 38-42.
- Borkin, A. (1971) Polarity items in questions. *Papers from the 5th regional meeting*. Chicago: Chicago Linguistic Society, pp. 53-62.
- Campos, M. H. C. (2001) Enunciação mediatizada e operações cognitivas. In Silva, A. S. da (org.) *Linguagem e cognição. A Perspectiva da linguística cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia, pp. 325-340.
- Correia, C. N. & H. C. Campos (no prelo) Construções com *darlfazer* SN em PE. *Anais do XXIII Congresso Internacional da Abralín*. Rio de Janeiro, Novembro 2002.
- Culioli, A. (1974) A propos des énoncés exclamatifs. *Langue Française* 22. pp. 6-15 (também in A. CULIOLI, PLE t3, pp. 113-123).
- Culioli, A. (1988) La négation: marqueurs et opérations. *Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques* 56. Université de Neufchatel, pp. 17-38 (também in A. Culioli, PLE t1, pp. 91-114).
- Culioli, A. (1990) *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* 1. Paris: Ophrys.
- Culioli, A. (1999a) Des façons de qualifier. In Deschamps, A. & J. Guillemin-Flescher (dir.) *Les opérations de détermination (quantification / qualification)*. Paris: Ophrys, pp. 3-12 (também in A. CULIOLI, PLE t3, pp. 81-89).
- Culioli, A. (1999b) *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* 2. Paris: Ophrys.
- Culioli, A. (1999c) *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* 3. Paris: Ophrys.
- Deschamps, A. (1997) Traitement énonciatif des paramètres des compléments propositionnels des verbes. In Rivière, C. & M.-L. Groussier (éds.) *La notion*. Paris: Ophrys, pp. 60-74.
- Guentchéva, Z., A. Donabédian, M. Meydan & R. Camus (1994) Interactions entre le médiatif et la personne. *Faits de langues* 3. Presses Universitaires de France, pp. 139-148.
- Horn, L. R. (1975) Neg-raising predicates: Toward an explanation. In *Papers from the Eleventh Regional Meeting*. Chicago Linguistics Society, pp. 279-294.

- Moreno, A. (2003) Valores modais e transporte da negação. In Mendes, A. & T. Freitas (org.) *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, pp. 579-590.
- Ratić, M. (1991) Négation et verbes d'opinion. *Cahiers de recherche* T 5. Paris: Ophrys, pp. 129-152.
- Valentim, H. T. (2003) As restrições de modo de predicados verbais introduzidos por *crer* e *duvidar*; uma abordagem enunciativa. In Mendes, A. & T. Freitas (org.) *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, pp. 841-850.